

*Reféns: o panorâma da vigilância na internet<sup>1</sup>*

*Tomás Rothfuchs ALBRECHT<sup>2</sup>  
Rosana VIEIRA<sup>3</sup>*

*Universidade do Vale dos Sinos, Porto Alegre, RS*

**Resumo**

A internet um dia foi vista como uma tecnologia capaz de realização democrática. No entanto, hoje, o panorama que vemos é de poder na mão de poucas empresas, essas com modelos de negócios baseados na vigilância e monitoramento. O presente artigo busca identificar estas questões, trazendo um pouco da história da internet, sua privatização e os aparatos de controle atuais.

**Palavras-chave:** internet; tecnologia; controle; liberdade.

**Introdução**

Toda tecnologia é resultado de um contexto. A soma de seus criadores e dos aspectos sociais, culturais, econômicos. Nada surge do vácuo, do vazio, mas sim carrega em si as heranças de quando foi criado. A internet não é exceção. Ela é um estranho fruto do encontro entre organizações militares e a contracultura de ideais *hippies* libertários da Califórnia, e por isso a rede tem em si impregnadas características destes dois mundos. Do lado governamental, herdou a descentralização, da constante ameaça nuclear da Guerra Fria, que exigia uma estrutura onde cada nó fosse independente e cooperativo. Já o movimento *hippie* deu à internet a essência de compartilhamento de informação, de colaboração e de coautoria; filosofias da mentalidade *hacker*, que pode ser resumida numa única frase, uma espécie de mantra e lema: *a informação quer ser livre*.

A soma dessas duas heranças distintas, a militar e a contracultural, foram essenciais para a internet crescer, até tornar-se onipresente na vida de mais de 3 bilhões de usuários espalhados pelo globo, e para a constituição de uma realidade de conexão onipresente.

---

<sup>1</sup>Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Cultura Digital e Redes Sociais.

<sup>2</sup>Bacharel em Comunicação Social, pós-graduando no curso de Especialização em Cultura Digital e Redes Sociais da Unisinos. Contato: tomas.tommy@gmail.com

<sup>3</sup>Orientadora do trabalho. Coordenadora do curso de Especialização em Cultura Digital e Redes Sociais da Unisinos. Contato: rovieira@unisinos.br

Através de seus aparelhos e *gadgets*, uma massa de pessoas está constantemente conectada, derrubando uma antiga barreira entre dois mundos, o online e o offline. Mas se esta tecnologia está tão presente em nosso cotidiano, quais os valores que ela traz às nossas vidas?

Em seus primeiros anos de popularização, a internet emanou uma esperança quase utópica. Diversos autores viram no ciberespaço uma chance de realização democrática. Os meios virtuais seriam capazes de abolir estruturas rígidas de poder, bem como marcadores demográficos. Era a possibilidade de uma sociedade igualitária, livre de preconceitos de gênero, de classe, de origem. A conexão daria poder aos indivíduos, potencializando a sociedade civil contra poderes totalitários.

Tais sentimentos e expectativas são justificados num primeiro momento. Num período em que a internet era usada para a conexão colaborativa entre centros acadêmicos. No entanto, a comercialização do ciberespaço transformou este panorama. A privatização da *web* foi aos poucos reformulando a paisagem da rede. E atualmente, ao invés de liberdades e desafio aos poderes vigentes, o que pode ser visto na internet é uma dominância de algumas poucas empresas que têm em suas mãos a maioria do tráfego online, sendo capazes de monitorar cada clique de cada usuário e monetizando informações e comportamentos do público.

É esta transformação que este artigo, um ensaio teórico-crítico, busca explorar. Seu objetivo último é fazer um contraponto entre as primeiras visões acerca do ciberespaço e do estado atual da internet, respondendo de que maneira a privatização da rede possibilitou o surgimento de um aparato de controle e vigilância que é oposto àquilo que foi vislumbrado na concepção da internet. Em princípio, serão expostos e comparados algumas das visões utópicas de autores que viram na web a chance de um mundo mais justo e igualitário. A partir disso, será feito um pequeno histórico da evolução do ciberespaço desde meados da década de 1990, quando houve a privatização da rede mundial de computadores, buscando os motivos que possibilitaram a ascensão dos *hubs* de tráfego. A seguir, serão discutidos autores críticos ao modelo atual da internet, questionando questões como privacidade, censura e liberdade no mundo virtual.

Na vida contemporânea, a internet é uma espécie de oxigênio. É através dela que o indivíduos se conectam com o mundo que os cerca, tendo acesso às notícias e mantendo

contato com aqueles que lhes são importantes. Mas, diferente do oxigênio, a internet não é livre. Ela está na mão de alguns poucos investidores e visionários que, sempre vigilantes, são capazes de monitorar e coordenar aquilo que é feito nos domínios do ciberespaço. A relevância deste artigo está neste apontamento. Ele busca uma reflexão sobre a forma a qual interesses privados penetram em nossas vidas de maneira invisível, sobre a maneira como somos guiados por interesses comerciais, mesmo que inconscientemente. É mais do que um debate sobre internet ou computadores. É uma discussão sobre a forma como o interesse de alguns faz parte da vida de todos.

### **Visões utópicas: a internet como novo mundo.**

---

A internet que conhecemos hoje é resultado de um encontro pouco provável. De um lado, havia o desejo militar norte-americano de criar uma rede de inteligência descentralizada, capaz de resistir ao sempre iminente ataque soviético do período da Guerra Fria. Tal temor foi responsável pela flexibilidade, pela ausência de um ponto central de controle e pela completa autonomia de cada um dos nós que compõe a rede (CASTELLS, 2003). De outro, assim como o computador pessoal, a internet é consequência da pesquisa acadêmica e dos esforços de cientistas da computação imersos num ambiente filosófico de contracultura (LÈVY, 2010). Mesmo assim, os computadores, no início dos anos 1970, eram vistos como a ferramenta perfeita de um controle total e absoluto. *Orwelliano*, por assim dizer. Esta imagem que só mudou no final da década, quando as máquinas passaram a ser enxergadas como uma possível ferramenta de libertação e democracia (VAN DIJCK, 2013). Um exemplo dessa transformação em prática foi o movimento *Computer for the People*, dos anos 1970, que tinha como objetivo popularizar o computador pessoal, oferecendo-o com preços acessíveis e longe de tecnicismos (LÈVY, 2010). Essas características, tanto as estruturais quanto as ideológicas, fizeram com que, à medida em que se disseminou, a internet fosse vista por muitos veículos de mídia como um novo paradigma de comunicação, muito mais livre e capaz de sustentar comunidades virtuais nas quais o ser humano poderia, por fim, se realizar enquanto tal. Afinal, como escreve Castells (2003, p. 21), a rede desde o princípio “enraizou-se num sonho científico de transformar o mundo através da comunicação por computador”.

No entanto, essa empolgação com o novo meio não foi exclusiva dos veículos

mediáticos. Diversos acadêmicos e escritores da área também viam na internet o surgimento de algo capaz de revolucionar a sociedade como um todo, já que um elemento essencial da cultura que emerge com esse novo meio de comunicação era a interconexão e que, no paradigma estabelecido pela cibercultura, o contato é sempre superior ao isolamento (Levy, 2010). Com esses valores de conectividade, na internet foi possível o surgimento de comunidades. Espaços de sociabilidade mediada pelo computador, vistas como a ferramenta de transformação social. Tais comunidades, agrupamentos de indivíduos que compartilham um interesse em comum, eram capazes de romper as barreiras do espaço físico, portanto criando vínculos que, muitas vezes, no “mundo real” jamais se concretizariam. São essas novas relações e esse novo paradigma de comunicação que fazem do ciberespaço um ambiente fértil e inspirador para ideias de revolução. Afinal, uma vez que nele é possível a emergência da inteligência coletiva, uma espécie de consciência compartilhada pelos integrantes de uma determinada comunidade. É essa supraconsciência que torna a cibercultura tão relevante e transformadora:

O desenvolvimento da comunicação assistida por computador e das redes digitais planetárias aparece como a realização de um projeto mais ou menos bem formulado, o da constituição deliberada de novas formas de inteligência coletiva, mais flexíveis, mais democráticas, fundadas sobre a reciprocidade e o respeito das singularidades. (LÉVY, 1996, p. 96)

Esta visão em tons utópicos, da inteligência coletiva como um vetor de realização democrática, não era rara nos anos 1990. Pariser, ao comentar suas primeiras leituras sobre computadores e cibercultura, relembra das revistas especializadas em tecnologia da época, mostrando que havia sim um ar de esperança em torno deste novo meio:

Os futuristas e tecno-otimistas da Califórnia que escreviam aquelas páginas [das revistas especializadas em informática] estavam inteiramente convictos de que uma revolução inevitável e irresistível chegaria a qualquer momento, uma revolução que nivelaria a sociedade, desbancaria as elites e traria uma espécie de utopia global libertadora (2012, p. 9)

Lessig (2006) contextualiza este sentimento libertador e democrático atribuído à internet. O autor recorda que, juntamente com a popularização da comunicação mediada por computador, na década de 1990 o mundo assistiu ao fim da Guerra Fria e à queda dos regimes ditatoriais comunistas no Leste Europeu. Havia portanto uma certa euforia

contínua, e a internet era mais um sintoma disso, já que possibilitava uma nova sociedade na qual a liberdade era um valor primordial:

o [ciber]espaço prometia uma espécie de sociedade a qual o espaço físico jamais permitiria - liberdade sem anarquia, controle sem governo, consenso sem poder. Assim como nas palavras de um manifesto<sup>4</sup> o qual definia este ideal: “Rejeitamos: reis, presidentes e votações. Acreditamos em: consensos preliminares e código. (LESSIG, 2006, p. 2)<sup>5</sup>

Logo, não faltavam motivos para que o mundo visse a internet como um vetor de realização democrática. Afinal, o contexto inteiro era esperançoso, já que apresentavam-se, por todos os lados, exemplos de revoluções libertárias. Assim, a internet e o ciberespaço eram também sinais dessa força transformadora e libertária que atuava à época no mundo. Dessa forma, havia uma percepção de que o ciberespaço era, por definição, inevitavelmente livre e que a sociedade dali emergente seria auto-ordenada, sem governantes e jogos políticos (LESSIG, 2006). Este sentimento, continua o autor, era por si também uma resposta ao recente trauma de regimes totalitários o qual o mundo acabara de passar. Então não faltaram visões ainda mais inflamadas, até eufóricas, como a “Declaração de Independência para o Ciberespaço”, de John Parry Barlow, cofundador da Electronic Frontier Foundation<sup>6</sup>:

Governantes do mundo industrial, seus gigantes cansados de carne e aço, eu venho do Ciberespaço, novo lar da Mente. Em nome do futuro, peço para vocês do passado nos deixarem em paz. Você não são bem vindos entre a gente. Vocês não são soberanos aqui onde nos reunimos (apud LESSIG, 2006, p. 3)<sup>7</sup>.

O tom de quase ameaça aos líderes mundiais, mostra o quão forte era o sentimento de revolução, de um futuro no qual um novo paradigma seria vigente, um no qual o ciberespaço teria um papel central e capaz de acabar com a estrutura de poder até então existente.

---

<sup>4</sup> CLARK, David *apud* BORSOOK, Paulina. How Anarchy Works. *in*: Wired 110, 1995. Citado por LESSIG, 2006.

<sup>5</sup> Tradução do autor para: The space seemed to promise a kind of society that real space would never allow - freedom without anarchy, control without government, consensus without power. In the words of a manifesto that defined this ideal: “We reject: kings, presidents and voting. We believe in: rough consensus and running code”

<sup>6</sup> Organização sem fins lucrativos que se propõe a defender os direitos civis no mundo digital.

<sup>7</sup> Tradução do autor para: Governments of the Industrial World, you weary giants of flesh and steel, I come from Cyberspace, the new home of Mind. On behalf of the future, I ask you of the past to leave us alone. You are not welcome among us. You have no sovereignty where we gather.

No entanto, após a popularização do ciberespaço e o surgimento das grandes empresas da internet, os valores de contracultura citados foram, aos poucos, trocados por ideais capitalistas de ganho e lucro. Com isso, a estrutura de comunidades foi se alterando, e a paisagem de liberdade aos poucos foi substituída por estruturas de controle.

### **Invasão: a privatização da internet.**

Apesar de ser um projeto militar, no início da década de 1990, as agência estatais norte-americanas abandonaram suas funções de controle da jovem rede, tornando-a totalmente privatizada. Assim, “diversas instituições e mecanismos improvisados, criados durante o desenvolvimento da Internet, assumiram alguma responsabilidade informal pela coordenação das configurações técnicas e pela corretagem de contratos de atribuição de endereços da Internet” (CASTELLS, 1999, p. 83). Dizer isso não significa dizer que ela corria livre, sem controle. Afinal, além dos “mecanismos informais” citados, aos poucos as agências norte-americanas desenvolveram novas instituições, desta vez civis e sem fins lucrativos, para gerenciar a rede. Entre elas, pode-se falar da Internet Society, em 1992, e do IANA/ICANN, de 1998. Porém, apesar destes órgãos, honrando as suas características anarquistas e contraculturais que carrega em si desde a sua origem, a rede permanece mais ou menos independente e “em 1999 não existia nenhuma autoridade clara e indiscutível sobre a Internet, tanto nos EUA quanto no resto do mundo” (CASTELLS, 1999, p. 83 e 84). Tal autoridade, é inexistente até hoje e qualquer usuário tem a capacidade de adicionar *links* e nós à rede, sem pedir permissão a ninguém. (BARABÀSI, 2009)

É nesta época, início dos anos 1990, que surge a World Wide Web, que possibilita uma infraestrutura global única e torna possível que comunidades de usuários desenvolvam aplicações para a Web. Pode-se dizer que este início de década é um período fértil, no qual os usuários se propõem a construir um novo espaço público longe do controle corporativo. Isto dura pouco, porém. Em alguns anos surgem os desenvolvedores comerciais como Google, AOL e Amazon. Sua ascensão foi rápida e, já no final da década, eles haviam conseguido substituir o “ponto.comunismo pelo ponto.consumismo” (VAN DIJCK, 2013).

É interessante notar nestas empresas que, como falado por Castells (2001), o foco principal de tais foi sempre a inovação, não em capital. A Amazon, por exemplo, é resultado da iniciativa pessoal de Jeff Bezos. Hoje gigante da internet, o negócio inicial foi

baseado em alguns punhados de dólares do fundador e daquilo que ele conseguiu arrecadar entre empréstimos e investimentos familiares (STONE, 2014). Já o Google surge nos dormitórios de Stanford, a partir do *insight* de dois doutorandos. É claro que, para a consolidação dos negócios, existiu o investimento externo e o capital de risco, no entanto o essencial para as duas corporações está na ideia e no indivíduo, o que ajudou a continuar o mito da empresa de tecnologia fundada na garagem, independente e revolucionária, que tem como grandes exemplos a Microsoft, a Apple e, mais recentemente, o Facebook. O relevante disso tudo é que apenas a partir do abandono da regulação estatal estas empresas se desenvolvem no contexto puramente digital. Ou seja, são empresas que já nascem com visões e modelos de negócios de rede, que utilizam dos meios virtuais para atuar de maneira mais eficiente e eficaz (CASTELLS, 2003).

Agora, se o fim dos anos 1990 foram da ascensão de grandes corporações, o espírito igualitário e de comunidade ganhou força nos anos 2000, com a Web 2.0. Este novo período é marcado pelo surgimento de muitas plataformas de mídias sociais. O potencial participatório dessas ferramentas e a capacidade de uma comunicação de via dupla em tese tornou a internet muito mais democrática. Assim, com a popularização de serviços como o Blogger, o YouTube e o Facebook, existe uma enxurrada de termos como “cultura participativa”, “colaboração” e “*user centered*” (VAN DIJCK, 2013). É um novo respiro, uma nova esperança do surgimento de um espaço público online democrático, feito através da participação dos usuários, não pelas corporações.

Há uma expectativa sobre essas empresas. A ideia de que, uma vez que nasceram dentro do contexto da internet, elas teriam em si as mesmas características da própria rede; ou seja, uma inerente transparência e vontade de compartilhar. É fato que algumas empresas tentaram se aproveitar disso e construir a sua imagem institucional sobre tais valores. Isso pode ser observado em seus slogans, como “*Don’t do Evil*”, do Google, e “*Making the Web more social*”, do Facebook. É possível ver que há, pelo menos nestas empresas, uma tentativa de mostrar que a sua missão é o bem comum, mais do que algum objetivo egoísta (VAN DIJCK, 2013). No entanto, esta expectativa de uma internet mais igualitária a partir dos preceitos de comunidade e colaboração da Web 2.0 se demonstrou utópica.

Afinal, os próprios serviços privilegiam alguns usuários em detrimento de outros. Aqueles mais capazes de gerar *likes*, comentários, seguidores, visualizações têm um

tratamento de certa forma diferenciado, tanto por marcas quanto pela própria plataforma. E isso, é evidente, acaba com a ideia de horizontalidade, uma vez que surgem nós mais relevantes que outros na rede.

Isto faz sentido, já que, como argumenta Lessig (2006, p. 4), não há motivo para acreditar que a internet, por si só, será livre e democrática, uma vez que “sozinho, o ciberespaço se tornará uma perfeita ferramenta de controle”<sup>8</sup>. Dessa forma, o papel e a visão dessas empresas é fundamental para a forma que a internet se constitui, para compreender se ela será um ambiente de controle ou liberdade. E assim, apesar dos slogans e das imagens cuidadosamente fabricadas,

a mão invisível do ciberespaço está construindo uma arquitetura oposta àquela de seu nascimento. Essa mão invisível, controlada pelo governo e pelo comércio, está construindo uma arquitetura que possibilitará controle perfeito e uma regulamentação altamente eficiente. (LESSIG, 2006, p. 4)<sup>9</sup>

Esta arquitetura que a “mão invisível do ciberespaço” está tornando possível é muito relevante. Afinal, como argumenta Castells (2001, p. 453), “o controle empresarial dos primeiros estágios de desenvolvimento dos sistemas multimídia terá consequências duradouras sobre as características da nova cultura eletrônica”. Portanto, cabe o questionamento: que tipo de arquitetura é esta?

### **Vigilantes: o panorama de controle atual.**

Como demonstram Christakis e Fowler (2012), a posição na rede tem grande influência sobre o nó. E na arquitetura atual, as grandes empresas são centrais, o que garante a elas mais usuários e mais informações. Soma-se a isso o fato de que, nas redes, a tendência é que os ricos fiquem mais ricos, tanto financeira quanto subjetivamente; e o resultado é que as primeiras empresas tenham, ao longo dos anos, caminhado cada vez mais para o centro da rede, tornando-se essenciais e, atualmente, sendo caracterizadas como *hubs*. Essa mera existência de pontos centrais com um número anômalo de *link*, argumenta Barabasi (2009), já nega a existência do ciberespaço como um ambiente democrático e

---

<sup>8</sup> Tradução do autor para: “Left to itself, cyberspace will become a perfect tool of control”

<sup>9</sup> Tradução do autor para: “the invisible hand of the cyberspace is building an architecture that is quite the opposite of its architecture at its birth. This invisible hand, pushed by government and by commerce, is constructing an architecture that will perfect control and make highly efficient regulation possible.”



igualitário. Afinal, em comparação aos *hubs* todos os outros nós são invisíveis, ou seja, é em torno deles que a rede se constitui, criando, então, uma rígida hierarquia. Além disso, essas grandes empresas também podem ser consideradas *Siren Servers* (LANIER, 2013). Ou seja, elas têm servidores capazes de armazenar e analisar grandes volumes de dados, o que é utilizado para monitorar o comportamento de navegação de cada um dos usuários.

No entanto, esse monitoramento não é intrínseco à rede. Em essência, a rede funcionaria tão bem sendo anônima quanto em seu modelo atual, da identificação de cada computador ligado à ela. De fato, a arquitetura original prevê o anonimato, uma vez que não há protocolo que registre o comportamento dos usuários (LESSIG, 2006). O monitoramento, porém, faz sentido para todos os envolvidos. No caso dos governos, a identificação do usuário na outra ponta do servidor é uma ferramenta de controle e garantia de cumprimento das leis. Já no caso das corporações, reduz o custo por fraude e torna o comércio via web possível.

Por isso, nas últimas décadas, o anonimato original foi sendo deixado de lado e inúmeras camadas de identificação foram implementadas. Dessa forma, “de fato, durante o amadurecimento da internet, as tecnologias que ligam comportamento à identidade cresceram dramaticamente”<sup>10</sup> (LESSIG, 2006, p. 46).

Isso porque, do ponto de vista do comércio, o usuário anônimo é um problema a ser solucionado. Não porque os sites precisam e querem saber tudo sobre seus clientes, mas por uma questão pragmática: sem a identificação do usuário, não há como o servidor identificar que determinado cliente colocou algo num carrinho de compras virtual e, após continuar navegando pelo site, quer finalizar a compra. A solução para isso, foi a criação, em 1994, dos *cookies*, pequenos pacotes de dados que os sites instalam nas máquinas do usuário para a sua identificação. É uma mudança aparentemente pequena, mas que tornou possível o monitoramento e a vigilância. Vale ressaltar que o *cookie per se* não é bom ou ruim. O risco, porém, está no cruzamento de dados. No momento em que toda a navegação é permeada por *cookies* as informações deixadas nos sites podem ser computadas de forma única, revelando aos poucos quem é o usuário por trás de um IP até pouco anônimo. E a presença disseminada destes pacotes de monitoramento é incrível. Segundo estudo, os cinquenta sites mais acessados da web instalam em média 64 *cookies* para coleta de dados e

---

<sup>10</sup> Tradução do autor para: in fact, as the internet has matured, the technologies for linking behavior with an identity have increased dramatically

rastreamento, mas alguns casos são mais extremos: “se buscarmos uma palavra como "depressão" no Dictionary.com, o site irá instalar 223 cookies e beacons de rastreamento em nosso computador, para que outros sites possam nos apresentar anúncios de antidepressivos". (PARISER, 2012, p. 11)

O papel dos *cookies* é imprescindível para a compreensão da internet hoje, uma vez que através deles os sites podem criar recomendações e moldar conteúdos para cada um dos usuários. Essa simples ferramenta tornou possível a transformação da internet numa rede baseada na personalização (PARISER, 2012). Afinal, é partir do monitoramento que os sites proporcionam uma experiência adaptável a cada indivíduo, com uma oferta de informações particulares. Esse é um caminho que parece certo no discurso dos líderes das grandes empresas de internet, como deixa claro Tapan Bhat, do Yahoo: “O futuro da internet é a personalização - a rede agora gira em torno do ‘eu’. A ideia é entrelaçar a rede de uma forma inteligente e personalizada para cada usuário” (apud PARISER, 2012, p. 12). No entanto, para que isso seja possível, desenvolveu-se junto com a internet todo um mercado de informação pessoal e, a cada site que o usuário visita, ficam registrados e disponíveis seus hábitos para qualquer um que esteja disposto a pagar por isso. Assim, é preciso sempre ter em mente que se a internet é uma fonte abundante de ferramentas extremamente úteis, “o custo são informações sobre nós mesmos” (PALMER apud PARISER, 2012, p. 12).

Esse é o *status quo* da internet atual. É o que Pariser chama de *Filtro Invisível*:

A nova geração de filtros online examina aquilo de que aparentemente gostamos - as coisas que fazemos, ou as coisas das quais as pessoas parecidas conosco gostam - e tenta fazer extrapolações. São mecanismos de previsão que criam e refinam constantemente uma teoria sobre quem somos e sobre o que vamos fazer ou desejar a seguir. Juntos, esses mecanismos criam um universo de informação exclusivo para cada um de nós. (2012, p. 14)

Esse filtro, porém, sempre tem como ponto de partida o monitoramento, pois os softwares de recomendação não são capazes de gerar resultados sem os *inputs* adequados, no caso relatórios sobre o comportamento do usuário. Por tal motivo, a catalogação de cada passo, cada clique e cada letra digitada, essa espionagem comportamental, são uma ferramenta primária, no cerne da internet e da sociedade como conhecemos hoje, uma *sociedade da informação*. Mas os culpados por isso são os próprios ciberativistas,

argumenta Lanier (2013). Segundo ele, por muito tempo existiu a ideia de que a internet deveria ser um cenário aberto, livre dos direitos de propriedade, que as empresas deveriam se focar em serviços, não em produtos. Van Dijck corrobora essa ideia, dizendo que, no início dos anos 2000, havia a ideia de que a web 2.0 seria libertadora e que

A produção de música, filmes, vídeos, arte e textos não seria limitada a profissionais, uma vez que as ferramentas para a produção criativa seria cedida a amadores e cidadãos. O conteúdo seria libertado das amarras culturais, das restrições de forma e formato, das restrições econômicas, e seria distribuído de maneira gratuita. (2013, p. 160-61)<sup>11</sup>

A consequência disso é a forma que as empresas encontraram para se monetizar baseada na publicidade. Não uma publicidade massiva e generalizada, mas sim baseada em perfis exatos e dados comportamentais. Ou seja, numa economia puramente informacional, para garantir o lucro de seus acionistas, as empresas oferecem serviços gratuitos em troca das informações dos usuários, vendendo essas informações para terceiros que as utilizarão para vender produtos para os usuários. E assim o conteúdo não tem valor em si próprio. A música, o vídeo, o texto ou o que quer que o usuário consuma são totalmente irrelevantes. O que importa são os dados que eles fornecem sobre quem está do outro lado da tela, o tipo de informação que eles agregam ao perfil que está sendo montado sobre a mão que movimenta o *mouse*. Por tal motivo, podemos dizer que o conteúdo gratuito é uma ilusão. Todo conteúdo, todo serviço na internet é pago. Não com dinheiro, mas com atenção, monitoramento e dados comportamentais (VAN DIJCK, 2013).

Neste cenário, surge a noção de que conhecimento é a poder, a ideia de que se você for capaz de montar informações sobre as outras pessoas, essas informações tornarão você mais poderoso. E, num mundo assim, não há ninguém mais poderoso do que os *Siren Servers*, que constantemente compilam dados e mais dados sobre os usuários, gerando relatórios, perfis e predições comportamentais.

Isso faz com que a narrativa comum do mundo digital, aquela em que o mundo digital traria liberdade e acabaria com os velhos donos do mundo, não seja tão verdadeira. Na verdade, o poder simplesmente mudou de mãos (Lanier, 2013). O cerne deste modelo é

---

<sup>11</sup> Tradução do autor para o original em inglês: “The production of music, films, videos, art, and texts would no longer be limited to professionals, as the tools for creative production would be yielded to amateurs and citizens. Content would be released of cultural constraints - restrictive forms and formats - and economic restrictions, as it was to be distributed free of charge.”

o usuário, sim. Mas não num central e ativo. Sua função é tripla: é um ativo, uma vez que informações sobre ele podem ser transformadas em lucro; um produto, já que seus dados podem ser vendidos; e um consumidor, dado que utiliza o serviço em busca de uma função específica. (VAN DIJCK, 2013). Mas mesmo assim, está longe das estruturas de comando da internet. Sob esta perspectiva, o cidadão médio está tão distante do poder hoje quanto estava na Revolução Industrial, mostrando a fragilidade do discurso libertador do início da cibercultura.

Ao analisarmos este panorama, uma questão surge: usuário nenhum é obrigado a fazer parte deste ecossistema, aqueles que se sentem incomodados poderiam simplesmente abandoná-lo. O questionamento é válido, porém sua resposta não é simples.

Numa primeira instância, é muito difícil deixar de lado o uso de determinadas ferramentas. Como Van Djick (2013) argumenta, através de aquisições e acordos, poucas corporações dominam a vivência virtual dos usuários. E somando todos os serviços disponíveis, como busca, rede social, plataformas de conteúdo, pagamento, notícias, mapas, entre outros; o usuário fica de fato preso em universos fechados. Estes ambientes são ciberespaços murados e muito nem vigiados. Fugir deles seria abdicar de ferramentas essenciais do dia a dia contemporâneo.

Num outro nível, como mostra estudo citado pela mesma autora, é muito difícil alterar as configurações de privacidade das ferramentas. E geralmente as configurações padrões estabelecem uma total falta de privacidade, fazendo com que o usuário tenha que, manualmente, encontrar e mexer nestes termos. Aqui, há uma clara barreira de conhecimento técnico, estimulando a falta de privacidade.

Por fim, há um custo social abandonar plataformas. Sair de uma ferramenta é cortar laços e deixar conversas de lado. E não há forma de participar delas senão aceitando seus termos de serviço, o que muitas vezes significa aceitar ser monitorado e espionado (LANIER, 2013). Mais do que isso, as mídias sociais se tornaram praticamente um sinônimo para sociabilidade, é socialmente imperativo fazer parte delas:

Para muitas pessoas conectadas, abandonar uma ferramenta não é uma opção: isso significaria abandonar a sociabilidade como um

todo, uma vez que as atividades sociais online estão intimamente ligadas à vida social offline. (VAN DIJCK, 2013, p. 173)<sup>12</sup>

### **Refêns : uma conclusão**

A internet nasceu um sonho. Com ela, vieram promessas de horizontalidade, de fim de hierarquias, de uma mudança de paradigma. No ciberespaço, haveria apenas uma grande comunidade colaborativa, transparente, democrática. As identidades seriam negociadas, livres dos preconceitos de raça, cor, origem, gênero. A nova tecnologia faria o novo mundo.

Este sonho, porém, mostrou-se utópico. A sua popularização transformou a rede no principal alvo das corporações, do lucro. E assim a comunidade virou um mercado. Mesmo assim, as empresas nascidas ali mantiveram, pelo menos externamente, uma promessa. Seu objetivo manifesto é sempre o bem comum, A porta de entrada para o conhecimento. A ferramenta para tornar o mundo mais transparente. São lemas bonitos, mas nem sempre verdadeiros. Quer dizer, através deles esses objetivos podem ser sim alcançados. Mas a que custo? Afinal, via de regra, os serviços baseados na *web* são todos grátis, então quem paga a conta?

O próprio usuário. Não com dinheiro, mas com privacidade. Pois o modelo de negócio vigente da internet é sempre baseado em publicidade. Não massiva, generalizante. Mas específica, personalizada, pontual. E para que isso seja possível, é preciso espionar. Todo clique, toda tecla e todo conteúdo são monitorados, armazenados e catalogados. Muitos dados para o cruzamento e a criação de um perfil do usuário, saber o que ele pensa, o que ele consome, o que ele quer comprar. Essa publicidade é baseada em espionagem.

E não há como fugir. Afinal, as empresas de internet são especialistas em criar ecossistemas fechados. Cada uma oferece tudo o que precisamos para a vida moderna. O email, as redes sociais, o editor de texto, a forma de pagamento. Tudo “gratuito”. O usuário só precisa aceitar os termos de serviço e ceder suas informações. Só precisa topa a vigilância. Além disso, abandonar estes jardins murados, para a maioria das pessoas, significaria deixar de lado sua existência online, algo impensável no mundo contemporâneo. Por isso, é possível dizer que não há alternativa. Conectar-se é deixar-se

---

<sup>12</sup> Tradução do autor para o original em inglês: “For many of the plugged-in , opting out is not an option:it would mean opting out of sociality altogether, since online activities are completely intertwined with online social life.”

ser observado. Mais do que isso, virar um produto, já que sempre há alguém disposto a vender as suas informações a terceiros que tentarão lhe vender algo. Na internet, não somos todos iguais. Mas sim, todos reféns.

### **Referências Bibliográficas**

BARABÁSI, Albert-László. **Linked (Conectado): a nova ciência dos networks. Brasil: Leopardo Editora. 2009**

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CHRISTAKIS, Nicholas A.; FOWLER, James. **O poder das conexões: a importância do networking e como ele molda nossas vidas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

LANIER, Jaron. **Who Owns the Future?**. Nova York: Simon & Schuster. 2013

LESSIG, Lawrence. **Code 2.0**. S.l. Basic Books, 2006.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2010.

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?** São Paulo: Editora 34, 1996.

PARISER, Eli. **O Filtro Invisível: O que a internet está escondendo de você**. Rio de Janeiro: Zahar. 2012

STONE, Brad. **A Loja de Tudo - Jeff Bezos e a Era da Amazon**. Brasil: Ed. Intrínseca. 2014.

VAN DIJCK, José. **The Culture of Connectivity: a critical history of social media**. S.l. Oxford University Press. 2013.